

Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ▶ Ano 4 n° 32

abril 19

A agenda legislativa da indústria

Setor define as prioridades em 2019
para melhorar o ambiente de negócios,
mas tudo começa com a previdência

INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA ▶ Grandes especialistas estarão no 8° Congresso Brasileiro

COMPETITIVIDADE ▶ Brasil sobe só um degrau no ranking **ULISSES MELO** ▶ Chegou a hora das cidades inteligentes

Previdência Social: a reforma para o bem de todos.

O modelo atual é inviável do ponto de vista financeiro e injusto do ponto de vista social.

Se nada for feito, teremos cada vez menos recursos para investir em setores que mais precisam, como Saúde e Educação.

Apoiar a Reforma da Previdência hoje é garantir o recebimento da sua aposentadoria amanhã.

Apoie a Reforma. Ela é boa para o país, para o crescimento da indústria e para você.

PREVIDÊNCIA

REFORMA

HOJE

Tranquilidade

AMANHÃ



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

saiba mais em
www.cni.com.br

Carta ao leitor

A REFORMA trabalhista, a reabertura do setor de petróleo e gás e a aprovação de medidas que dão mais segurança jurídica aos investidores são alguns exemplos de ações legislativas bem-sucedidas que contaram com a participação ativa e, muitas vezes, a liderança empreendedora da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A defesa e a representação de interesses da indústria, exercidas pela CNI, mantém há anos elevado grau de transparência e institucionalidade, registrados na *Agenda Legislativa da Indústria*, documento anual que pauta a atuação da entidade no Congresso Nacional e cuja edição de 2019 foi apresentada, pela primeira vez, numa sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado, no dia 2 de abril, pelo presidente em exercício, Paulo Afonso Ferreira.

A edição deste ano, sem surpresas, indica como prioridades para a sessão legislativa a reforma da Previdência, que pode ajudar a pôr ordem nas contas públicas, a reforma tributária, que pode aliviar o fardo do custo Brasil que hoje recai sobre os ombros do setor produtivo, e novas regras de compensação de créditos tributários, que oneram o fluxo de caixa e as condições de endividamento das empresas.

Nesta edição, a reportagem de capa dedicada à *Agenda Legislativa 2019* ouviu dirigentes do setor industrial como João Dornellas, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), e Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit). Também entrevistamos o vice-líder do governo na Câmara deputado Capitão Augusto (PR-SP), para indicarmos a receptividade da pauta industrial no Legislativo. Pelas respostas do parlamentar, a adesão tende a ser alta, ainda que a aprovação de uma reforma previdenciária seja algo complexo e custoso em qualquer país do mundo.

Além da pauta legislativa, o número de abril também abre espaço para outros temas importantes, como a pesquisa sobre a percepção dos industriais a respeito dos principais problemas do sistema tributário brasileiro, o novo estudo sobre competitividade comparada do Brasil em relação a economias de porte semelhante ou vizinhos e detalhes do 8º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, a ser realizado em junho em São Paulo.

Boa leitura!

▼ Conheça o Sistema Indústria

CNI

facebook ► [cni brasil](#)
flickr ► [cniweb](#)
instagram ► [cni br](#)
twitter.com ► [cni_br](#)
linkedin ► [cni-brasil](#)
youtube ► [cniweb](#)

SESI

facebook ► [SESINacional](#)
youtube ► [sesi](#)
linkedin ► [sesi-nacional](#)

SENAI

facebook ► [senainacional](#)
instagram ► [senai_nacional](#)
twitter ► [senainacional](#)
youtube ► [senai br](#)
linkedin ► [senai-nacional](#)

IEL

facebook ► [IELbr](#)
instagram ► [ielbr](#)
twitter ► [iel_br](#)
linkedin ► [iel-nacional](#)

sumário

6 Artigo do Presidente

8 Reportagem de capa

As prioridades da indústria para o Congresso Nacional destravar a economia e facilitar os negócios no país

16 NO TOPO DA AGENDA

Conheça os detalhes das principais pautas legislativas que podem ser votadas em 2019, com o apoio da CNI

18 ANO DISCRETO

Um balanço da agenda legislativa de 2018 mostra pequenos avanços, em boa parte por causa das eleições

22 CAPITÃO AUGUSTO

Vice-líder do governo na Câmara defende votação da Previdência, do pacote anticrime e da reforma tributária

24 Indústria em ação

SESI promove debate no jornal *O Globo* sobre novo ensino médio e uso de tecnologias na educação

26 Evento Internacional

8º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria vai reunir centenas de especialistas e empresários em São Paulo

30 Ullisses Mello

Diretor do Laboratório de Pesquisas da IBM Brasil explica como processos inteligentes estão transformando a vida nas cidades

32 Pesquisa

Relatório *Competitividade Brasil 2018-2019* mostra que país avançou pouco e ainda é inóspito aos negócios

34 Competitividade

Empresários apontam os problemas mais graves do sistema tributário brasileiro, que precisa mudar já

36 Sondagem

Estudo especial mostra que apenas um terço das indústrias de transformação adota técnicas de produção enxuta

38 Termômetro

Após altas consecutivas, queda em março mostra retração da confiança entre os empresários industriais

40 Giro Brasil

Exportações do Ceará vão para Estados Unidos, Itália e Coreia do Sul, diz levantamento da FIEC

42 Educação

Nove em cada dez alunos que participaram do piloto do novo ensino médio nas escolas do SESI aprovam o modelo

46 Outra Visão

Todd Ensign, diretor da NASA, fala sobre o papel da robótica no engajamento de estudantes para o ensino de ciências

Revista Indústria Brasileira

Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Paulo Afonso Ferreira

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculanô Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edílson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS

Mariana Flores

Desenvolvimento e Produção

FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial:

Wladimir Gramacho

Jornalista Responsável:

Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem:

Vivaldo de Sousa

e Marina Simon

Projeto Editorial:

Guto Rodrigues

Revisão de texto:

Renata Portella

Capa: Daniel Grilo

Informações técnicas:

tel (61) 3317-9472

fax (61) 3317-9456

revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

Um caminho seguro

► Paulo Afonso Ferreira é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em exercício



A PLENA recuperação da economia, após a queda na produção e no nível dos empregos causada pela maior crise da história brasileira, exige maturidade e responsabilidade política. Governo, Congresso, Poder Judiciário e a sociedade em geral devem se engajar numa ação coordenada para aprovar, por meio da negociação e da busca de consensos, as reformas que criarão condições para o crescimento sustentado e a geração de oportunidades para todos.

Demonstrando o prestígio da indústria brasileira, pela primeira vez o Congresso Nacional se reuniu em sessão solene, no plenário da Câmara dos Deputados, em 2 de abril, para receber a *Agenda Legislativa da Indústria 2019*. O documento foi elaborado com a contribuição das federações estaduais das indústrias e das associações setoriais. Em sua 24ª edição, identifica 123 proposições em tramitação na Câmara e no Senado que podem estimular o crescimento da indústria e da economia ou, inversamente, colocar empecilhos ao desenvolvimento.

Ao longo dos anos, a *Agenda Legislativa da Indústria* se estabeleceu como um dos principais instrumentos de comunicação transparente do setor empresarial com a sociedade e com o Congresso. Várias propostas contidas nas edições anteriores foram aprovadas, transformando-se em normas legais indutoras do aperfeiçoamento institucional, da inovação, dos investimentos, da expansão da indústria e da criação de empregos.

Neste ano, as atenções se voltam, com prioridade absoluta, para a reforma da Previdência Social, a mais importante para o momento da vida nacional. O nosso sistema



previdenciário é inviável do ponto de vista financeiro, injusto socialmente e desalinhado com o bem-vindo crescimento da expectativa de vida da população. Só a mudança das regras pode garantir o pagamento dos benefícios aos milhões de aposentados e pensionistas.

Ao gerar confiança na sustentabilidade fiscal, a reforma da Previdência será uma fonte de expansão dos investimentos e da economia, ao reforçar fatores que contribuirão para taxas de juros mais baixas. A indústria e os demais setores da economia apoiam firmemente essa iniciativa, que vai permitir o equilíbrio das contas públicas a médio e longo prazos. Estamos seguros de que o Congresso vai aprovar essa medida inadiável para fazer o Brasil voltar a crescer.

Outra reforma importante é a tributária, essencial para que o país se integre à economia global em condições de competir. A proposta aprovada na Comissão Especial da Câmara avança ao simplificar o sistema e reduzir a taxa sobre investimentos e exportações. O texto carece, entretanto, de aprimoramentos quanto a resquícios de cumulatividade, potencial aumento de gastos

públicos com a administração tributária, impossibilidade de corte da alíquota do Imposto de Bens e Serviços, e ausência de mecanismos para o desenvolvimento regional.

O fato é que, sem mudanças estruturais, será impossível eliminar as fontes de insegurança jurídica e de excesso de obrigações que se tornaram um pesadelo tributário para os empreendedores. Nossos competidores saíram na frente. A China já fez a sua reforma e a Índia está implantando mudanças importantes. Se não fizermos esse movimento, o Brasil será a única economia relevante do mundo a permanecer com um sistema tributário com os problemas que temos.

É grande a demanda da sociedade brasileira por mudanças capazes de promover avanços na segurança pública, na geração de empregos e no aperfeiçoamento institucional, bem como na melhoria da saúde, da educação e dos serviços públicos. De forma transparente e democrática, a *Agenda Legislativa da Indústria* se apresenta não como uma iniciativa corporativa, mas, sim, como um caminho seguro para a modernização e o desenvolvimento do Brasil. ■



Hora de mostrar força legislativa

CNI DIVULGA *AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA 2019*, QUE INDICA COMO PRIORIDADES A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, A REFUNDAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO E NOVOS AJUSTES NAS LEIS DO TRABALHO



PRINCIPAL medida econômica do governo Jair Bolsonaro, a reforma da Previdência Social é uma das prioridades da *Agenda Legislativa da Indústria 2019*, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no dia 02 de abril. Em sua 24ª edição, a *Agenda Legislativa* lista as propostas em tramitação no Congresso Nacional que a indústria considera prioritárias para a retomada do crescimento econômico de maneira mais sustentável, com aumento da produtividade e melhora do ambiente de negócios no Brasil.

▲
Presidente da CNI em exercício, Paulo Afonso Ferreira, apresentou a *Agenda Legislativa* ao Congresso em sessão no dia 2 de abril

Na avaliação da entidade, a proposta de “Nova Previdência”, enviada recentemente ao Congresso, corrige as principais distorções nas regras atuais de concessão de

“**A reforma tributária é fundamental para desburocratizar e simplificar o recolhimento de impostos do Brasil, que é um dos mais complexos do mundo**”

aposentadorias e pensões. As mudanças são consideradas essenciais para incentivar o retorno dos investimentos e do crescimento. Para a CNI, a atualização do sistema previdenciário é fundamental à necessária modernização do país e a solução deve contar com a contribuição de todos os setores da sociedade.

O presidente da CNI em exercício, Paulo Afonso Ferreira, afirma que o atual sistema previdenciário

é inviável do ponto de vista financeiro, injusto do ponto de vista social e desalinhado com o extraordinário crescimento da expectativa de vida da população. “Só a mudança das regras vai garantir o pagamento dos benefícios a milhões de aposentados no futuro”, diz Ferreira, que também preside o Conselho de Assuntos Legislativos da CNI, colegiado responsável por organizar e articular a construção da agenda legislativa.

Conforme o documento, o atual modelo previdenciário é incompatível com as mudanças demográficas pelas quais o país vem passando. A faixa dos brasileiros com idade superior a 65 anos triplicou nos últimos 50 anos. A expectativa de vida aumentou substancialmente nas últimas décadas, com a melhoria das condições de vida da população, enquanto as regras de concessão dos benefícios permaneceram sem a necessária atualização. Depois de votada na Câmara dos Deputados, a proposta seguirá para análise do Senado.

Sem fazer uma reforma profunda na Previdência Social, diz a *Agenda Legislativa*, o país não terá recursos para pagar os benefícios, não apenas no plano federal, mas também nos governos estaduais, que enfrentam dificuldades para remunerar seus servidores ativos e inativos. Enquanto o país não resolver a equação que hoje gera o déficit previdenciário, toda a sociedade arcará com os custos de elevação da carga tributária e com a falta de recursos para outras áreas como saúde, educação, segurança e infraestrutura.

Para João Dornellas, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), “a aprovação da reforma da Previdência Social é essencial para o país, pois garantirá um necessário ajuste nos gastos públicos de forma a permitir que o país siga rumo à recuperação econômica e ao desenvolvimento sustentado”. Segundo ele, as mudanças propostas no sistema previdenciário possibilitarão a recuperação do grau de competitividade de todos os setores produtivos.

PROPOSTA FIXA IDADE MÍNIMA

A proposta elaborada pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) prevê a exigência de uma idade mínima para a aposentadoria, de 62 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens, inclusive para servidores públicos, após um período de transição de 12 anos. Professores e trabalhadores rurais precisarão ter, pelo menos, 60 anos para se aposentar e policiais, 55 anos. O tempo mínimo de contribuição do segurado para ter direito à aposentadoria será de 25 anos e este deverá contribuir por um período de 40 anos para receber 100% do benefício, limitado ao teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

A Proposta de Emenda Constitucional 06/2019, que cria a “Nova Previdência”, prevê a garantia da concessão de aposentadoria ao segurado do RGPS e de pensão por morte aos dependentes do segurado falecido, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção desses benefícios até a data de promulgação da

▲
João Dornellas
presidente-executivo da
Abia

emenda, observadas as regras da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão do benefício.

O governo propôs retirar da Constituição diversas regras de aposentadoria, o que facilita novas alterações no futuro, tanto para o RGPS quanto para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), esse último dos servidores públicos civis. A PEC 06 prevê novas alíquotas de contribuição para o empregado, com redução para os empregados que recebem menores salários e aumento da alíquota de acordo com a faixa salarial, entre 7,5% e 11,68% para os trabalhadores privados e até 22% para os servidores públicos.

A proposta também prevê a criação de um sistema alternativo de capitalização, de caráter obrigatório, a ser regulamentado por meio de lei complementar. O governo propõe, ainda, a redução no valor da pensão por morte, que será equivalente a 60% do valor da aposentadoria mais 10% por dependente adicional. Limita a possibilidade de moratória e parcelamento ao máximo de 60 meses e constitucionaliza a vedação que existe hoje por lei para a compensação de créditos da contribuição previdenciária com outros tributos.

Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), afirma que nada é mais relevante do que fazer avançar a reforma da Previdência. “Isoladamente ela não é o fator único de desenvolvimento nacional. Não é porque aprovou a Previdência que vai chover dinheiro e o Brasil vai virar um paraíso, mas ela é uma condição para que você indique uma solvência das contas públicas e possa trabalhar uma outra reforma muito relevante, que é a tributária”, destaca.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Além da reforma tributária, duas outras propostas relativas ao pagamento de impostos estão na *Agenda Legislativa da Indústria*: a aprovação do Código do Contribuinte, em discussão no Senado, e o projeto de lei que altera as regras para compensação de créditos tributários. “A reforma

tributária é fundamental para desburocratizar e simplificar o recolhimento de impostos do Brasil, que é um dos mais complexos do mundo”, afirma João Dornellas, presidente-executivo da Abia.

Aprovada na Comissão Especial da PEC 293/2004, a proposta de reforma tributária em discussão na Câmara dos Deputados prevê a extinção, após período de transição, de dez tributos: IPI, IOF, CSLL, PIS, Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis, ICMS e ISS. Em troca seriam criados o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), nos moldes de um imposto sobre valor agregado, e o Imposto Seletivo, cobrado sobre bens e serviços específicos. Bolsonaro já se manifestou a favor da redução de impostos, mas o ministro Paulo Guedes não detalhou a proposta do governo.

▼
Fonte: Ministério da Economia

Número de idosos vai quase **triplicar** até 2060



* Estimativa

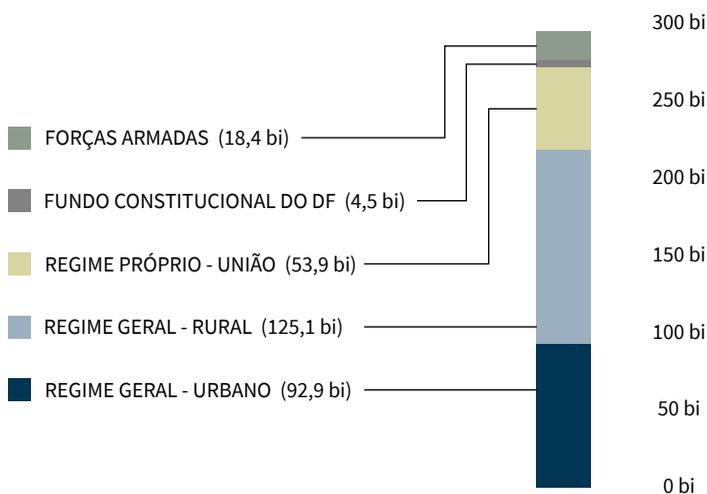
O IBS incidirá sobre operações com bens e serviços, ainda que se iniciem no exterior, nas importações, a qualquer título, nas locações e cessões de bens e direitos e nas demais operações com bens intangíveis e direitos. Pela proposta, serão isentos do recolhimento do IBS as exportações. Mas serão garantidos a manutenção e o aproveitamento do imposto cobrado nas operações anteriores; a movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira; e as prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

O texto aprovado na comissão especial prevê, ainda, que o IBS terá uma alíquota padrão e a arrecadação será do estado de destino do bem ou serviço, nos termos da lei complementar, que poderá estabelecer: cobrança em todo território nacional centralizada em um único estabelecimento; exigência integral do imposto no estado de origem da operação com o bem ou serviço e repasse ao estado de destino; e uso de câmara de compensação. O Imposto de Renda, que vai incorporar a CSLL, incidirá também sobre verbas indenizatórias.

▼
Fonte: Ministério da Economia

PREVIDÊNCIA DEVERÁ TER DÉFICIT DE R\$ 294,9 BILHÕES EM 2019 ▼

(projeção)



Para o consumidor, a principal vantagem na adoção do IBS será a criação de um sistema mais transparente de recolhimento de impostos, com uma única alíquota que pode informar e esclarecer quanto, afinal, cada cidadão paga ao Estado pela aquisição de bens e serviços. O sistema atual, baseado em diversos tributos e complexas normas de aplicação tornam o sistema tributário oneroso para as empresas e obscuro para os consumidores.

As contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas não incidirão sobre as operações sujeitas ao Imposto Seletivo, para o qual não se aplica o princípio de anterioridade. Entre outras mudanças, a proposta prevê que caberá à lei complementar definir os critérios e a forma pela qual poderá ser realizada a devolução de tributos incidentes sobre bens e serviços adquiridos por famílias de baixa renda.

A CNI considera um avanço o texto aprovado na comissão especial para o IBS porque adota o direito ao crédito amplo, elimina os tributos cumulativos, reduz o custo tributário sobre investimentos, aumenta a transparência e simplifica o sistema tributário, com a substituição de diversos tributos incidentes sobre bens e serviços por apenas dois. Entretanto, avalia que o Imposto Seletivo apresenta problemas no quesito competitividade, uma vez que coloca importantes insumos da cadeia produtiva sob o regime cumulativo.

COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS

Na opinião de Dornellas, da Abia, a compensação de créditos tributários, outro tema da *Agenda Legislativa*, é de suma importância para a competitividade da indústria brasileira. “A dificuldade na compensação de créditos prejudica a previsibilidade do fluxo de caixa, implica elevação da necessidade de capital de giro e na alta dos custos de produção, especialmente para os produtos de maior valor agregado, com impactos negativos sobre novos investimentos produtivos”, resume ele.

O texto em discussão no Senado retira a proibição de compensação de débitos tributários próprios, relativos a créditos de tributo ou contribuição administrados pela Receita Federal. Para a CNI, a vedação de compensação de créditos sob procedimento fiscal instaurado para confirmar a liquidez e a certeza do crédito tributário pode acabar prejudicando indevidamente bons contribuintes. Conforme avaliação constante na *Agenda Legislativa*, “bastaria a simples abertura de um procedimento fiscal para averiguar um crédito tributário para que uma compensação legítima seja suspensa até que o fisco finalize o procedimento”.

Já o Código de Defesa do Contribuinte, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, regula direitos, deveres e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com as administrações fazendárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O texto determina que deve ser presumida a boa-fé do contribuinte até que a Administração Fazendária prove o contrário e não admite a aplicação de multas ou encargos de índole sancionatória em decorrência do acesso à via judicial por iniciativa do contribuinte para contestar cobrança de tributos.

O Código de Defesa do Contribuinte também revoga a exigência de arrolamento de testemunha e o depósito prévio em caso de recurso administrativo. Além disso, nas cobranças extrajudiciais de tributos, veda o uso de meios coercitivos contra o contribuinte, como a interdição de estabelecimento, a imposição de sanções administrativas ou a instituição de barreiras fiscais.

Pelo texto, o contribuinte não será impedido de fruir de benefícios e incentivos fiscais, ainda que possua crédito tributário cuja exigibilidade esteja suspensa. Declarada a inconstitucionalidade, por decisão transitada em julgado, de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, referente a benefício ou incentivo fiscal, não serão cobrados juros de mora do período e não haverá atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo, conforme a proposta em análise no Congresso.



Além disso, as penas pecuniárias pelo descumprimento das obrigações principal e acessórias não poderão ser superiores ao valor do tributo devido e não pago, salvo nos casos de crimes contra a ordem tributária, definidos na legislação específica, atendidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. O prazo para pagamento do crédito tributário, definido em lei federal, estadual, distrital ou municipal, será, no mínimo, de 60 dias contados da notificação do lançamento ou, no caso de lançamento por homologação, da data em que se considerar ocorrido o fato gerador.

Ainda de acordo com a proposta, o crédito tributário devidamente reconhecido em decisão administrativa definitiva ou sentença judicial transitada em julgado poderá, por opção do contribuinte, ser compensado com débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados pelo mesmo órgão arrecadador. Também é vedado à lei criar restrições à compensação tributária com relação ao valor, à espécie e à destinação do tributo objeto de recolhimento indevido.

Na avaliação da CNI, uma das principais contribuições do projeto, que define direitos e deveres do contribuinte, é obrigar que a

▲ A proposta de descon sideração da personalidade jurídica estabelece um rito para que o patrimônio de um empresário ou sócio de empresa seja bloqueado pela Justiça e cria proteções que só não se aplicam em casos de má conduta

administração pública, nas três esferas (federal, estadual e municipal), disponha de um sistema transparente, simplificado, eficaz e de baixo custo operacional. A proposta reforça a posição do contribuinte, reduzindo uma excessiva fragilidade deste nas relações com o Fisco.

REGRAS TRABALHISTAS

Quatro projetos da área trabalhista integram a *Agenda Legislativa da Indústria*. Um deles, em discussão no Senado, dispõe sobre trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior. Para a CNI, a proposta moderniza a legislação da expatriação de trabalhadores, adequando-a à prática mundial nas relações de trabalho e à nova realidade da mobilidade global de pessoas, estabelecendo a aplicação da lei do país da prestação de serviço, já adotado pelo Brasil aos trabalhadores estrangeiros que aqui prestam serviços.

Entre outras regras, o projeto fixa direitos do empregado transferido, que se beneficiará das alterações ocorridas no salário-base da categoria profissional durante a transferência, com os respectivos recolhimentos das contribuições para Previdência Social, FGTS e PIS. Prevê, ainda, um adicional de transferência de 25% do salário-base, de caráter indenizatório. Pode ser pago em espécie ou em benefícios como moradia, custeio da escola dos filhos ou outras vantagens oferecidas pela empresa no exterior.

O projeto permite a negociação entre empregado e empregador tanto para ampliar os direitos do trabalhador previstos na lei quanto para antecipar o pagamento pelas férias no Brasil por parte do empregador. Estabelece, ainda, o seguro de vida e acidentes pessoais que é devido para o trabalhador e seus dependentes e inclui a cobertura do traslado dos restos mortais do empregado em caso de comprovada morte em acidente de trabalho.

Em caso de retorno antecipado ao Brasil por motivo de saúde, as passagens deverão ser pagas pelo empregador, regra que vale também para os dependentes no caso

de falecimento do empregado. As empresas também deverão assinar termo de compromisso em que constem as condições de trabalho no exterior e os principais direitos trabalhistas previstos na legislação do local de prestação de serviços aplicável ao contrato do trabalhador. Na avaliação da CNI, as mudanças dão mais segurança jurídica na contratação de trabalhadores no Brasil para prestar serviços no exterior.

Outro projeto, em discussão na Câmara dos Deputados, determina que caberá dupla visita para promover a instrução dos responsáveis no cumprimento das leis de proteção do trabalho em qualquer caso. No Senado, outro projeto estabelece regras para criação, atualização e revisão de normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, prevendo que as normas regulamentadoras sejam embasadas em dados estatísticos e análises técnicas. O quarto projeto define a competência privativa do Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, para realizar embargo de obra ou interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento.

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

Outro tema relevante que está na pauta da Câmara dos Deputados é o projeto que institui procedimento judicial específico para desconsideração da personalidade jurídica. Se aprovada, a lei será aplicada às decisões ou aos atos judiciais de quaisquer órgãos do Poder Judiciário que imputarem responsabilidade direta, em caráter solidário ou subsidiário, a membros, instituidores, sócios ou administradores pelas obrigações da pessoa jurídica. Pelo texto, o juiz não poderá decretar de ofício a desconsideração da personalidade jurídica. Ao receber a petição, deverá ouvir as partes envolvidas antes da decisão.

Na área de infraestrutura, a *Agenda Legislativa* inclui a aprovação, no Senado, da Lei das Agências Reguladoras, que fixa regras de gestão, organização e mecanismos de controle social, aplicáveis às agências; do projeto de lei que regula as concessões

de geração e distribuição de energia elétrica; do Marco Legal do Saneamento Básico; e de mudanças na Lei Geral de Licenciamento Ambiental.

Saneamento e licenciamento ambiental são dois pontos transversais para a indústria, afetando diversas cadeias produtivas em diferentes etapas do processo fabril.

Num país em que cerca de 35 milhões de pessoas não têm acesso à água tratada e metade da população não tem acesso aos serviços de coleta de esgoto, segundo dados do IBGE, a aprovação do Marco Legal do Saneamento Básico é fundamental para estimular investimentos privados. A ampliação e a melhoria da infraestrutura de saneamento dinamizam a atividade econômica, reduzem a incidência de endemias e diminuem os custos de tratamentos no sistema público de saúde.

O texto em discussão no Congresso define uma autoridade federal para fixar normas de referência nacional para regulação da prestação dos serviços e estabelece a exigência de chamamento público prévio à renovação automática dos contratos de programa para obtenção de proposta mais vantajosa.

Além disso, a quebra de monopólios e de reservas de mercados atrairá os investimentos necessários à redução do prazo para universalização, com ênfase na prestação dos serviços com maiores déficits de cobertura, como a coleta e o tratamento de esgoto. “Em um país com esta mazela, companhias que chegam a ter até 65% de perda de água na rede não podem existir. Isso é um crime”, opina José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Em relação ao licenciamento ambiental, o texto em discussão no Legislativo reduz a burocracia e confere maior transparência e padronização à tramitação administrativa dos processos com a previsão de ritos diferenciados e simplificados. A proposta prevê o compartilhamento de estudos por empreendimentos da mesma natureza e o estabelecimento de prazos para manifestação dos órgãos licenciadores e autoridades envolvidas. ■

Governo estima impacto de R\$ 1 trilhão com reforma em dez anos

(Em R\$ bilhões de 2019)



Medidas

Economia em 10 anos

Reforma do Regime Geral



715

Reforma do Regime Próprio da União



173,5

Alteração nas alíquotas do Regime Geral



-27,6

Mudança nas alíquotas do Regime Próprio da União



29,3

Assistência física e focalização do abono



182,2

Total da PEC da Nova Previdência

1.072,4

Fonte: Ministério da Economia

O QUE ESTÁ EM JOGO

Conheça **cinco propostas legislativas** que podem melhorar as condições de negócio no país e saiba por que a indústria deve apoiá-las

Nova Previdência Social

A PEC altera o sistema de Previdência Social e estabelece novas regras para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), organizados pela União, pelos estados e municípios e pelo Distrito Federal.

Por quê?

Porque é preciso assegurar equilíbrio fiscal e melhorar as condições de investimento do Estado.

Desconsideração da Personalidade Jurídica

Institui procedimento judicial específico para desconsideração da personalidade jurídica.

Por quê?

Porque muitos investidores temem abrir ou ampliar negócios no país devido aos efeitos da insegurança jurídica sobre seu patrimônio.

Reforma Tributária

Unifica tributos e simplifica a cobrança de tributos. Extingue, após período de transição, IPI, IOF, CSLL, PIS, Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis, ICMS e ISS.

Por quê?

Porque o atual sistema de cobrança de tributos é complexo e onera duplamente o setor produtivo, com bitributação e custos administrativos.

Competência para embargar ou interditar estabelecimentos

Define a competência privativa do Superintendente Regional do Trabalho e Emprego para realizar embargo de obra ou interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento.

Por quê?

Porque hoje as empresas são sobrecarregadas com diferentes fiscalizações e riscos para o desenvolvimento de seus negócios.

Lei Geral de Licenciamento Ambiental

Texto que reduz a burocracia e confere maior transparência e padronização à tramitação administrativa dos processos com a previsão de ritos diferenciados.

Por quê?

Porque o marco legal vigente é muito lento, onera investidores e atrasa o desenvolvimento de infraestrutura no país.

Fonte: Confederação Nacional da Indústria

ENTENDA O **XADREZ** LEGISLATIVO

Quem pode apresentar propostas

Deputados, senadores, comissões da Câmara e do Senado, o presidente da República, os tribunais superiores, a procuradora-geral da República e os cidadãos, por iniciativa popular.

Discussão nas comissões*

Depois de apresentado, o projeto é distribuído pelo presidente da Câmara para as comissões temáticas que tratam dos assuntos correlatos a ele.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) analisa a constitucionalidade de todas as propostas. Caso haja impacto financeiro, a proposta é examinada também pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Aprovadas nas comissões, as propostas em tramitação conclusiva seguem direto para o Senado e as demais, para o plenário da Câmara.

*Essa é a tramitação da maioria dos projetos, que começam pela Câmara dos Deputados. Há casos em que a tramitação começa no Senado, mas não foram descritos aqui.

Fonte: Câmara dos Deputados

Votação no plenário

Emendas constitucionais precisam do apoio de 308 deputados e a votação é em dois turnos. Projetos de lei e de lei complementar exigem um número menor de votos favoráveis.

Início da tramitação

Projetos de lei, emendas constitucionais ou medidas provisórias começam a tramitar normalmente pela Câmara dos Deputados.

Conclusão do processo legislativo

Se a tramitação tiver começado na Câmara, como na maioria dos casos, o projeto segue para o Senado, onde será analisado e votado. Se for alterado, volta para a Câmara, que analisa apenas as alterações, podendo aceitá-las ou rejeitá-las. Em seguida, o documento vai para sanção ou veto do presidente da República, nos casos de projetos de lei e medidas provisórias.





▶ Mesmo com baixo quórum, novos marcos legais nas áreas de crédito e trabalhista são incentivos para o setor produtivo



2018, um ano discreto no Congresso

AS ELEIÇÕES GERAIS REDUZIRAM
A ATIVIDADE LEGISLATIVA,
MAS AINDA ASSIM FOI POSSÍVEL
APROVAR O CADASTRO POSITIVO
E A LEI DE DADOS PESSOAIS

EMBORA 2018 tenha sido um ano eleitoral, o que reduz o ritmo de votações no Congresso Nacional, houve um saldo discretamente positivo na agenda legislativa da indústria com a aprovação de alguns projetos e o avanço na discussão de outros, que atualmente estão prontos para serem votados na Câmara dos Deputados ou no Senado. Entre os projetos aprovados está o da lei de dados pessoais e o que prorrogou a redução do Imposto de Renda quando há investimentos nas áreas da Sudam e da Sudene.

“Tivemos alguns avanços e algumas conquistas, incluindo desdobramentos da reforma trabalhista e o cadastro positivo, aprovado agora no começo de 2019”

▲
Fernando Pimentel

presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit)

“Tivemos alguns avanços e algumas conquistas, incluindo desdobramentos da reforma trabalhista aprovada no final de 2018 que teve resultados mais efetivos no ano passado”, comenta Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit). Ele ainda destaca como passos positivos as negociações relacionadas à proposta de reforma da

Previdência Social, enviada pelo governo Michel Temer (2016-2018), e as discussões sobre a proposta de reforma tributária.

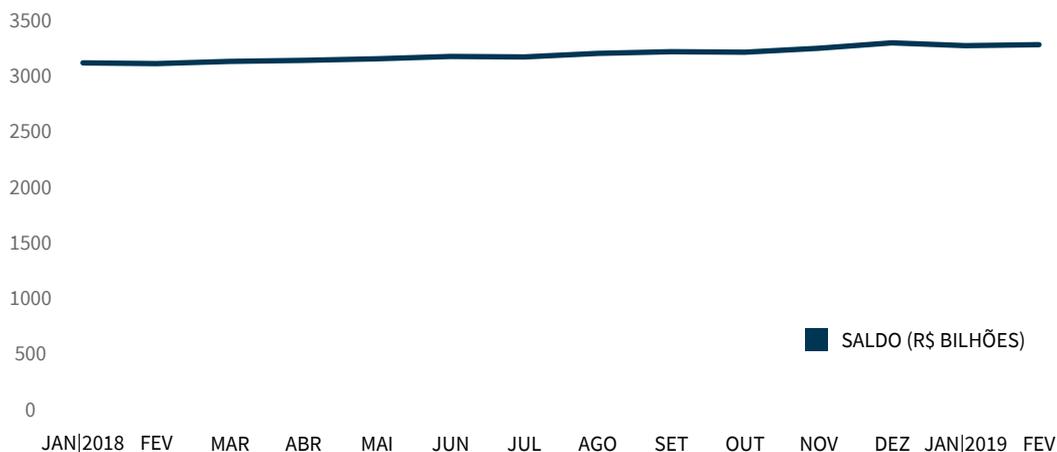
Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), tem opinião semelhante: “Tivemos um ano difícil no Congresso Nacional em função das próprias eleições. Com isso, a eficácia do nosso

trabalho no Legislativo efetivamente diminuiu, mas houve alguns avanços. A reforma trabalhista, embora aprovada no final de 2017, talvez tenha sido o grande gol que fizemos no ano passado. Ou seja, conseguimos avançar com uma pauta que, assim como a reforma da Previdência, é extremamente importante e já começa a dar resultados”, avalia o dirigente.

Fernando Pimentel destaca, ainda, as negociações sobre o Cadastro Positivo realizadas em 2018. “O cadastro aprovado em março pelo Senado Federal foi fruto desse trabalho”, afirma ele. O texto prevê a inclusão automática de todos os consumidores no Cadastro Positivo, conhecido também como cadastro dos bons pagadores. Criado por lei de 2011, o cadastro existe desde 2013, mas a inclusão do nome dependia de autorização.

O Cadastro Positivo reúne informações sobre o histórico de crédito dos consumidores. Há uma pontuação que valoriza consumidores que mantêm as contas em dia. Na prática, a ideia é que quem tem uma boa nota no cadastro consiga melhores condições para fazer compras e empréstimos, já que, em tese, há menor risco de inadimplência. A medida tem a simpatia do Banco Central, que aposta

O CADASTRO POSITIVO PRETENDE AUMENTAR O VOLUME DE CRÉDITOS NO SISTEMA FINANCEIRO, QUE VEM CRESCENDO DE FORMA MODESTA...



Fonte: Banco Central

no aumento da oferta de crédito e na redução do custo dos empréstimos para os bons pagadores.

Em discussão desde 2013, a Lei de Dados Pessoais foi sancionada, com vetos, em agosto de 2018 e entrará em vigor em fevereiro de 2020. O texto regulamenta o uso, a proteção e a transferência de dados pessoais como nome, endereço, e-mail, idade, estado civil e situação patrimonial. Pela lei, o uso dos dados exige consentimento do titular, que deve ter acesso às informações mantidas por uma empresa. Temer vetou os artigos que tratavam sobre criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

A ANPD foi recriada por meio de medida provisória editada em janeiro deste ano, que está em discussão na Câmara dos Deputados. Ainda de acordo com a Lei de Dados Pessoais, o tratamento das informações também será permitido se estiver dentro das hipóteses previstas na proposta, como obrigações legais, contratuais e proteção do crédito. Estabelece, ainda, que os dados pessoais deverão ser excluídos após o encerramento da relação entre o cliente e a empresa.

Outra decisão favorável ao setor produtivo foi a prorrogação de benefícios fiscais

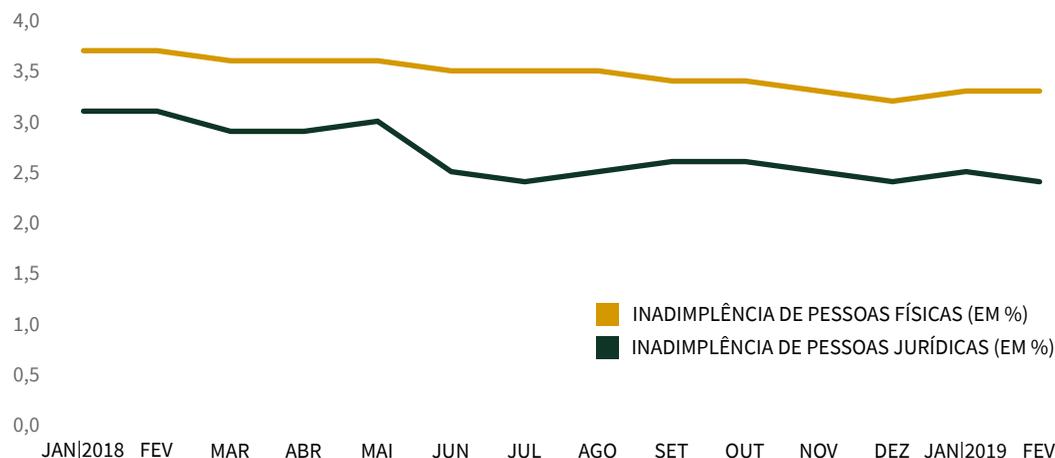
para empresas que estão nas áreas da Sudam (Amazônia) e da Sudene (Nordeste), aprovada no final de 2018 e sancionada em janeiro deste ano. A lei amplia de 2018 para 2023 o prazo final para que empresas com projetos aprovados nas duas superintendências tenham direito à redução de 75% do Imposto de Renda (IR) e adicionais calculados com base no lucro da exploração. A norma permite, também, a retenção de 30% do IR devido pelas empresas como depósito para reinvestimento.

Pimentel, da Abit, destaca, ainda, na *Agenda Legislativa da Indústria de 2018* a votação na Câmara dos Deputados do projeto de lei das agências reguladoras, que aguarda nova votação no Senado Federal. Segundo ele, também houve avanço no projeto que altera a Lei de Licitações, que passou na comissão especial da Câmara dos Deputados e aguarda votação em plenário, apesar de carecer de aperfeiçoamentos, segundo avaliação da área técnica da Confederação Nacional da Indústria (CNI). ■

▼
Barbato, da Abinee, considera que as eleições reduziram a atividade legislativa



... APESAR DA REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA TANTO DE PESSOAS FÍSICAS COMO JURÍDICAS



◀ Fonte: Banco Central

Previdência não é a única prioridade

VICE-LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA, CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP) DIZ QUE PACOTES ANTICRIME E ANTICORRUPÇÃO E REFORMA TRIBUTÁRIA TAMBÉM PRECISAM AVANÇAR



▲ Governo não pode correr o risco de perder votações importantes, diz líder

AINDA que a reforma da Previdência Social esteja no topo das preocupações legislativas do governo federal neste ano, a Câmara dos Deputados deve avançar na aprovação de outros temas, como as revisões do sistema tributário e do licenciamento ambiental, afirma o deputado Capitão Augusto (PR-SP), um dos vice-líderes do governo de Jair Bolsonaro na Casa. Além disso, “questões ambientais e do marco regulatório também são importantes e devem ser votadas ao longo deste ano”, diz o parlamentar, que também preside a Frente Parlamentar de Segurança Pública.

► **Quais as prioridades legislativas neste ano?** Do meu ponto de vista é o pacote anticrime e anticorrupção. Do ponto de vista do governo, a reforma da Previdência Social.

► **Como avalia as perspectivas de aprovação dos dois?** Do pacote anticrime há um processo maior, até porque a quantidade de parlamentares que têm essa bandeira é muito grande. São 304 na Frente Parlamentar de Segurança. A questão da reforma da Previdência tem um fato positivo, uma vez que há um consenso dos deputados de que é necessário fazer essa reforma. E há uma avaliação de que o texto apresentado pelo governo é bom. O problema que temos hoje é de relacionamento do governo com o Congresso, mas isso é possível de ser acertado até a data da votação, prevista para junho na Câmara dos Deputados. Então dá tempo de a gente acertar esse relacionamento.

► **Há outros temas importantes na agenda econômica como a reforma tributária, o licenciamento ambiental e o marco regulatório do saneamento básico. É possível avançar em todos eles?** Na ordem de importância, acho que a reforma tributária seria a terceira mais importante, depois da Previdência e do pacote anticrime e anticorrupção, mas há outros projetos relevantes. Não vamos ficar o ano todo discutindo apenas esses três projetos. Questões ambientais e do marco regulatório também estão na agenda legislativa e devem ser votadas ao longo deste ano.

► **No caso da reforma tributária, há uma proposta praticamente pronta para reduzir o número de impostos e simplificar o recolhimento. É possível votar alguma coisa em 2019?** Não quero fazer uma previsão, mas a linha é a simplificação. Queremos tentar fazer uma tributação mais justa e reduzi-la para diminuir o custo Brasil, que hoje encarece demais nossos produtos. O recolhimento de tributos é muito complexo e precisa ser simplificado. Hoje, algumas empresas têm mais pessoas na parte de pagamento de impostos do que na de produção. Isso precisa ser modificado e simplificado. A proposta discutida na legislatura passada avançou, mas a composição da Câmara dos

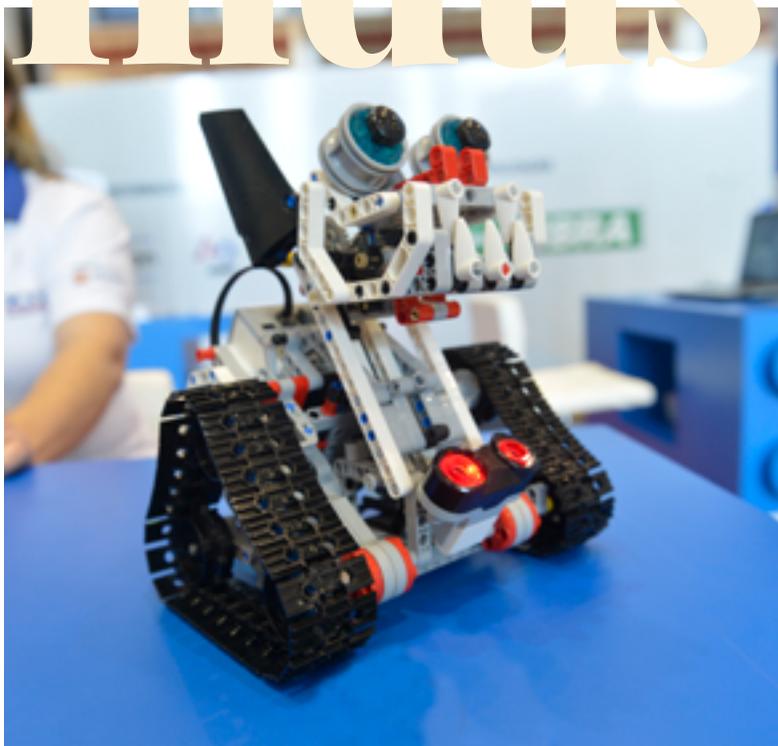
Deputados mudou, com 287 novas pessoas com mandato. Então, ainda precisamos saber como será a aceitação desses novos parlamentares sobre essa mudança de tributos.

► **Na área trabalhista tivemos, no final de 2017 e começo de 2018, uma reforma que flexibilizou a contratação de mão de obra. Ainda há mudanças a serem feitas nessa área?** Sim, com certeza. Há um alinhamento muito grande de parlamentares com o presidente Bolsonaro no sentido de flexibilizar ainda mais as regras trabalhistas. Não adianta ter muitos direitos e não ter empregos. Então é preciso ter menos direitos e mais empregos, na linha do que é adotado nos Estados Unidos. Aqui no Brasil sabemos que há uma dificuldade de as pessoas em abrirem uma empresa e contratarem pessoal, uma vez que o custo é elevado. Portanto, é preciso ir na linha de menos direitos e mais empregos.

► **Sobre licenciamento ambiental, o que pode ser feito?** O objetivo é termos regras que protejam o meio ambiente, mas que não atrapalhem o agronegócio e o crescimento das cidades.

► **O PSL, partido do presidente Bolsonaro, conta hoje com apenas 55 deputados na Câmara. Como um dos vice-líderes do governo, com o senhor avalia as perspectivas de construir uma base sólida de apoio a propostas como a do licenciamento ambiental?** Ainda há um ajustamento a ser feito entre o Executivo e o Legislativo. Estamos trabalhando na Câmara para acertar isso. É nítido e claro que ainda não há uma consolidação desse apoio ao governo. Sequer temos uma base definida, ao contrário da oposição, que tem uma base muito bem definida. O PSL por enquanto está sozinho. Foi o único partido que declarou apoio ao governo. Ainda estamos trabalhando na construção dessa base. É uma fase de diálogo e acredito que conseguiremos acertar isso em breve. Os projetos começam a entrar no plenário para votação e precisamos ter uma base consolidada para sabermos quantos votos teremos e não correremos o risco de pautar projetos importantes e perdermos a votação. ■

Indústria e



▲ F: José Paulo Lacerda

NOVO ENSINO MÉDIO E USO DE TECNOLOGIAS SÃO TEMAS DE DEBATE NO JORNAL O GLOBO

A implementação do novo ensino médio e o uso de tecnologias na educação foram os temas centrais do seminário *Educação 360 Jovem Tech*, evento promovido pelo jornal *O Globo* em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Colégio P.H. As quatro mesas de debate, formadas por especialistas em educação e estudantes, ocorreram no dia 15 de março na sede do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. O seminário contou com a abertura de Todd Ensign, diretor do Centro de Recurso de Educadores da Unidade de Verificação e Validação Independente da NASA e professor da Fairmount Station University, um entusiasta do uso da robótica em sala de aula.

COMPETIDORES BRASILEIROS VÃO À COREIA DO SUL NA PREPARAÇÃO PARA O MUNDIAL DE PROFISSÕES

Para tornar o Brasil mais competitivo no mundial das profissões, a *WorldSkills*, são comuns os intercâmbios entre países. Para a edição de 2019, que ocorrerá em Kazan, na Rússia, não será diferente. Em março, dois competidores brasileiros passaram duas semanas na Coreia do Sul treinando para suas modalidades. Gildson Hugo Cardoso dos Santos (foto), competidor na categoria Webdesign, e Leonardo Almeida de Moraes, competidor em Manutenção Industrial, fizeram parte do programa de treinamento internacional. O objetivo foi a troca de experiência com as equipes coreanas no Global Institute for Transferring Skills (GIFTS). A instituição fica em Incheon, na costa ocidental do país, a oeste da capital Seul.



▲ F: José Paulo Lacerda



▲ F: gettyimage.com

APLICATIVO GERAÇÃO S PASSA A SE CHAMAR GERAÇÃO SESI SENAI

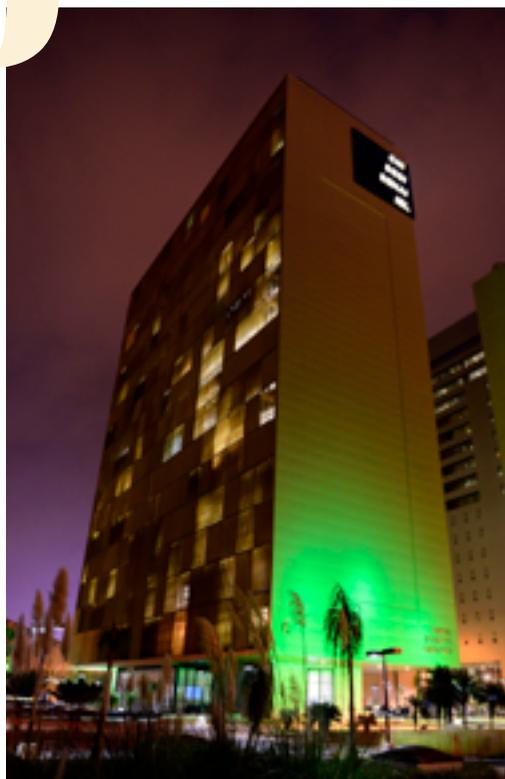
O *Geração S* mudou de nome em fevereiro de 2019. A ideia é fortalecer as marcas e, por isso, o aplicativo passou a chamar *Geração SESI SENAI*. Lançado em 15 de outubro do ano passado, para funcionários, estudantes e docentes das unidades do SESI e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de todo o país, a ferramenta é um meio efetivo de relacionamento e premiação dos participantes mais engajados. Nos primeiros cinco meses de existência, o aplicativo realizou 338.306 ações, recebeu mais de 4 mil interações, produziu 729 conteúdos próprios e distribuiu 300 prêmios. Para quem quiser baixar o aplicativo, o download é gratuito nas lojas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), na Play Store, para Android, e na App Store, para Apple.

SETOR DE SANEAMENTO REVELA DESIGUALDADE REGIONAL NO BRASIL, DIZ ESTUDO DA CNI

Levantamento da CNI, divulgado no mês de abril, mostra que as regiões de maior cobertura por redes de água e esgoto são exatamente as que continuam investindo mais no setor, enquanto que as mais atrasadas em cobertura de saneamento são as que menos investem. De acordo com os dados, o Sudeste registra o índice mais alto de coleta de esgoto, com 79%, e é a região que mais investe no setor – R\$ 65,63 por habitante. Já o Norte possui o pior indicador, com apenas 10% dos lares atendidos por redes de esgoto. Lá, o investimento per capita em saneamento é de apenas R\$ 25,44. O estudo foi feito com base nos mais recentes dados do Sistema Nacional de Informações sobre saneamento (SNIS).



▲ F: gettyimage.com



▲ F:

SESI INTEGRA MOVIMENTO ABRIL VERDE PELA PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO

Pelo segundo ano consecutivo, o SESI integra o movimento *Abril Verde*, que busca chamar a atenção da sociedade brasileira para a adoção da cultura de prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Entre as ações desenvolvidas em abril estava a divulgação de conteúdos educativos gratuitos do SESI, para melhorar a segurança e a saúde no trabalho, e da importância dos Centros de Inovação da instituição para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar do trabalhador. A plataforma SESI *Viva+* também foi usada na campanha. Os prédios da CNI e das federações em todo o Brasil receberam iluminação verde especial.

▼ Competitividade



Revista Indústria Brasileira ▶ outubro 2019

►Temas como o futuro dos alimentos e da energia e a força das lideranças femininas na inovação estão na pauta do evento

F: José Paulo





A Bienal da inovação

OS DEBATES MAIS IMPORTANTES DA ATUAL GERAÇÃO EMPRESARIAL SERÃO TEMA DO 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE INOVAÇÃO DA INDÚSTRIA, QUE VAI ACONTECER EM SÃO PAULO NO MÊS DE JUNHO

DISSEMINAR novas experiências e promover um ecossistema de inovação para colher as oportunidades que a nova era tecnológica está abrindo. Esse é o objetivo do 8º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, que acontecerá nos dias 10 e 11 de junho na capital paulistana. Realizado a cada dois anos pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o evento já é considerado o maior do gênero na América Latina.



“É uma referência”, diz o presidente do SEBRAE, João Henrique de Almeida Sousa. Segundo ele, a intenção principal é promover a inovação em-

“**A capacidade de inovar é chave para todos aqueles que almejam estabelecer uma trajetória de desenvolvimento sustentável de longo prazo**”

presarial, por meio de um amplo debate entre atores nacionais e internacionais sobre suas experiências e o impacto das inovações disruptivas. Sousa considera que “a capacidade de inovar é chave para todos aqueles que almejam estabelecer uma trajetória de desenvolvimento sustentável de longo prazo”.

Entre os palestrantes do Congresso estarão CEOs e

presidentes de empresas nacionais e de países como Israel, Portugal, Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra, membros do governo e da academia, além de líderes que participam da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI).

O presidente da CNI em exercício, Paulo Afonso Ferreira, considera que o congresso oferece aos participantes uma oportunidade para conhecer produtos e processos desenvolvidos aqui e no exterior, inclusive de concorrentes, o que pode estimular a produtividade, novas parcerias e o acesso a mercados. “A inovação é o caminho mais curto para termos uma economia competitiva. Para o Brasil embarcar na nova revolução industrial, precisará colocar a inovação no centro da estratégia de desenvolvimento”, argumenta Ferreira.

Um dos assuntos discutidos no evento será o *Índice Global de Inovação* (IGI), indicador do principal relatório mundial que avalia a eficiência da inovação de 126 países. Na última edição, o Brasil ficou na 64ª posição, uma colocação que “não é compatível com o tamanho e a importância da

economia brasileira”, como destaca a diretora de Inovação da CNI, Gianna Sagazio. “As empresas não inovam sozinhas; é preciso estar dentro de um ecossistema forte. Precisamos de uma política de inovação coordenada, com metas compartilhadas entre o governo e o setor empresarial”, alerta. Para falar sobre o tema, estarão presentes dois dos editores do IGI: Soumitra Dutta, professor da Universidade de Cornell (EUA), e Carsten Fink, economista-chefe da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Diretores dos mais importantes laboratórios de inovação do mundo também integram a programação do evento, a exemplo da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN), situada na Suíça, o norte-americano Argonne National Laboratory e o brasileiro Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM).

A inovação de ponta desenvolvida hoje no Brasil será tema de palestras com Rafael Steinhäuser, presidente da Qualcomm América Latina, e João Paulo Campos, presidente da Visiona Tecnologia Espacial, que, junto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), desenvolve projeto de construção de satélite.

O congresso também vai abrir espaço para discussões sobre: o avanço da tecnologia e o futuro do trabalho; as inovações na área de Defesa; a inteligência artificial; o *blockchain*; o futuro dos alimentos e da energia; as tecnologias aplicadas à saúde; os incentivos à transferência de tecnologia; as cidades do futuro; a computação quântica; *open innovation*; as políticas de inovação, com foco em startups; e a força das lideranças femininas na inovação.

Durante o Congresso será conferido o *Prêmio Nacional de Inovação*, iniciativa da MEI e realização da CNI e do Sebrae, maior premiação da área no Brasil, que reconhece esforços bem-sucedidos de gestão em competitividade. ■

▲
João Henrique de Almeida Sousa

presidente do SEBRAE



MEI transforma cenário brasileiro

Para avançar em inovação e reverter o atraso brasileiro na área, empresários e dirigentes do setor privado criaram, em 2008, a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI). Ao longo da última década, a interlocução entre executivos e empresários, academia e o setor público já garantiu conquistas robustas à iniciativa. “Temos cumprido a missão de fazer com que o setor privado se inteire a respeito das forças que moldam o futuro, para adotar estratégias de expansão coerentes com os atuais desafios”, destaca Pedro Wongtschowski, líder da MEI e presidente do Conselho de Administração da Ultrapar.

Entre os legados da MEI, estão a consolidação da Rede de Institutos SENAI de Inovação e de Tecnologia; o *Programa SENAI de Competitividade*; o apoio na formulação do Novo Código de Ciência, Tecnologia e Inovação; o *Projeto Indústria 2027*; esforços para a manutenção da Lei do Bem; contribuições para a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, além da criação de programas como o *Inova Talentos*, *Inova Tec*, *Inova Global* e o *MEI Tools*.

Uma das iniciativas vitoriosas foi a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), em 2013. “Esta organização social conseguiu, em poucos anos, mudar o panorama da interface entre empresas e instituições de ciência e tecnologia, ao viabilizar mais de R\$ 1 bilhão em projetos de interesse do setor privado executados pelas melhores instituições brasileiras de ciência e tecnologia”, explica Wongtschowski.

▲
F: José Paulo

SERVIÇO ▼

8º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria

Dias 10 e 11 de junho de 2019

Local ► São Paulo Expo, São Paulo (SP)
Inscrição ► congressodeinovacao.com.br

A geração das cidades inteligentes

DIRETOR DO LABORATÓRIO DE PESQUISAS DA IBM BRASIL, ULISSES MELLO EXPLICA COMO A TECNOLOGIA PODE AJUDAR GESTORES PÚBLICOS E CIDADÃOS A TEREM UMA VIDA MELHOR E MAIS TEMPO LIVRE



A INOVAÇÃO e as novas tecnologias vão permitir que transações feitas pelas pessoas e empresas com a administração pública sejam totalmente digitais, afirma Ulisses Mello, diretor do Laboratório de Pesquisas da IBM Brasil. “Estamos prontos para isso”, diz ele, citando Dubai e Estônia como cidade e país que estão desenvolvendo projetos para serem 100% digitais. Tecnologias como inteligência artificial, Internet das Coisas e *blockchain* serão cada vez mais usadas pela sociedade, segundo o especialista. Mello é graduado em Geologia pela Universidade de São Paulo, com mestrado pela Universidade Federal de Ouro Preto e doutorado pela Columbia University.

► **Como a inovação melhora a produtividade das empresas?** Normalmente uma empresa tem uma série de processos de negócios. E ela tem hoje uma determinada produtividade, pode ser na parte de contratação de pessoas, na parte industrial ou na de distribuição e logística. Se você olhar, por exemplo, algumas dessas áreas de inovação como Internet das Coisas, *blockchain* e inteligência artificial, elas visam exatamente melhorar partes desses processos em que você poderia ganhar uma produtividade significativa.

► **Pode dar um exemplo?** Vamos supor que você tenha, num processo de recrutamento, uma situação em que o departamento de recursos humanos recebe mil currículos

por dia. Em vez de os currículos serem lidos pelas pessoas, o uso da inteligência artificial poderia localizar os currículos mais adequados para a vaga a partir dos atributos que a empresa esteja procurando nos candidatos. Com isso, haveria uma redução no tempo para identificação dessas pessoas. Esse processo pode ser feito também na área industrial como a do petróleo, na qual a leitura de alguns documentos e dados exige um tempo enorme de geólogos para analisar imagens tridimensionais. Vale ainda para os médicos que ganham tempo ao analisar tomografias, por exemplo, reduzindo o volume de informações que precisam ser avaliadas e ajudando a focar em outros aspectos. A inovação ajuda a resolver esses tipos de gargalo que hoje muitas indústrias têm.

► **Como a inteligência artificial pode melhorar também as cidades e a vida das pessoas?** Hoje já existem diversas áreas nas cidades em que a inteligência artificial está presente. Há, no mundo, mais de 2.000 projetos de cidades inteligentes. E você pode segmentar isso em áreas específicas como mobilidade, segurança, educação e saúde. Depende do que for responsabilidade da cidade. Um bom exemplo é auxiliar os motoristas por meio de dados para criar políticas de bloqueamento que evitem ou reduzam o trânsito ou a poluição em lugares específicos.

► **De que maneira isso pode ser feito?** A China tem um grande projeto para criar um sistema que usa a sensorização para controlar trânsito e poluição. Em São Paulo, por exemplo, o rodízio de carros foi criado para controlar trânsito e poluição em regiões centrais da cidade. Mas algumas cidades querem fazer isso de forma dinâmica. Se a poluição está aumentando e você está vendo esse cenário, pode enviar alarmes para as empresas que estão naquela área para que diminuam a produção, o que ajuda a controlar o problema. Com isso, você tem um sistema que é autônomo, que está sentindo o problema na cidade, processando as informações e, a partir disso, orientando a diminuição da produção em

fábricas que geram um poluente específico. Isso permite uma gestão minuto a minuto em vez de uma gestão baseada numa política pré-definida e que pressupõe ser sempre constante.

► **Isso torna a solução de problemas mais dinâmica?** Sim, traz muito mais dinamismo. Se você olhar hoje como os semáforos funcionam, eles tendem a funcionar sempre com um fluxo de tempo de abertura e fechamento previamente determinado. Se você pudesse controlar o tempo de abertura e fechamento baseado na observação do fluxo de carros num determinada rua, você proveria um dinamismo muito maior do que se continuasse sempre no mesmo tempo. Esse exemplo pode ser extrapolado para vários processos. Com isso se aproveita melhor os recursos que já existem. Isso pode se aplicar na área de energia, iluminação pública e segurança pública. Se nós temos, por exemplo, uma chuva muito forte, faz mais sentido termos um controle de fluxo de trânsito mais dinâmico, que é até preventivo.

► **E o uso da Internet das Coisas na indústria e nas cidades, como pode funcionar?** Também já usamos a Internet das Coisas nas cidades. O monitoramento por meio de câmeras, por exemplo, já é usado na área de segurança, mas a ideia é usar cada vez mais informações da cidade em movimento. Se você tiver pessoas dispostas a permitir um zoneamento anônimo baseado em celulares, por exemplo, será possível saber quantas pessoas estão entrando num ônibus ou saber onde o ônibus, que tem equipamento de GPS, está localizado. Em alguns países, essa discussão está sendo feita porque permite informar a alguém que está num determinado ônibus que sua conexão com um determinado trem vai atrasar e que talvez fosse mais interessante descer daqui a 500 metros e pegar um outro ônibus ao invés de seguir em frente para pegar um trem que vai demorar. Todo esse conjunto de informações vai ter dois benefícios: um de gestão mais eficiente e outro de transmissão de experiência ao cidadão muito melhor, porque ele está sendo informado e ajudado a não perder tempo. ■

Melhorou, mas não muito

CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE DO BRASIL COM PRINCIPAIS CONCORRENTES NO COMÉRCIO INTERNACIONAL OSCILARAM POSITIVAMENTE, SEGUNDO ESTUDO DA CNI SOBRE 18 PAÍSES

APESAR de algumas melhorias pontuais, o Brasil não consegue transformar significativamente suas condições de competitividade. No ranking que compara 18 países nesse quesito, o país continua no penúltimo lugar, atrás do Peru e à frente somente da Argentina. Essa é uma das principais conclusões do relatório *Competitividade Brasil 2018-2019* da Confederação Nacional da Indústria (CNI). No grupo dos menos competitivos ainda estão Índia, Colômbia e Indonésia. Já no topo do ranking aparecem Coreia do Sul, Canadá, Austrália, China, Espanha e Tailândia.

Realizado desde 2010, o ranking anual compara o Brasil com 17 países que atendem a pelo menos um destes critérios: compete diretamente com o Brasil no mercado mundial; é uma nação vizinha; possui dimensões territoriais semelhantes à brasileira; ou possui economia parecida com a nossa, a exemplo de Canadá e Austrália, cujas trocas comerciais são baseadas principalmente em recursos naturais.

Dentre os nove fatores – e 20 subfatores – analisados para medir o poder que as empresas têm de enfrentar a concorrência global, o Brasil mostrou recuperação em quatro itens, entre o relatório recém-divulgado e o anterior, de 2017-2018. Em ambiente macroeconômico, subiu da 18ª posição para a 16ª, graças à queda da inflação e da desvalorização do câmbio. O desempenho no fator “peso dos tributos”

foi bom, mas mesmo assim manteve a 15ª colocação. Em ambiente de negócios, subiu da 17ª para a 16ª posição, devido, principalmente, à diminuição no tempo para abertura de empresas. O maior avanço foi obtido em disponibilidade (oferta) e custo da mão de obra, graças a um aumento do crescimento da força de trabalho, o que gerou um salto da 10ª para a 6ª posição.

Porém, apesar desse avanço, trata-se de vantagem que tende a se perder em longo prazo com a queda da população ativa. “Se não trabalharmos fortemente na produtividade dentro das empresas, não vamos sustentar essa vantagem, que depende de inovação, de qualificação e de melhoria da gestão”, explica o gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI, Renato da Fonseca.

A pesquisa mostra, ainda, que o Brasil perdeu espaço considerável em tecnologia e inovação e educação devido à diminuição dos investimentos nessas duas áreas. Para subir no ranking e gerar mais empregos e mais renda para o país, é preciso trabalhar todos os nove fatores concomitantemente, com ênfase em algumas áreas prioritárias como a infraestrutura e a reforma tributária, explica o gerente-executivo da CNI: “São temas difíceis, mas que precisam avançar, a exemplo do sistema tributário que gera muita burocracia e distorções”, diz o dirigente. ■

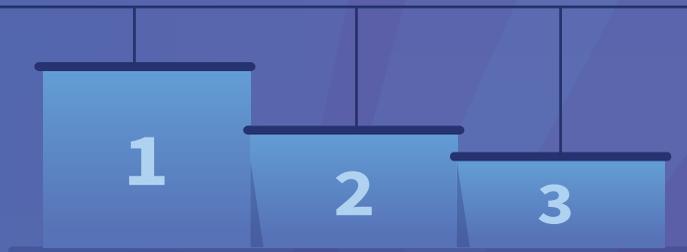
FORA DO PODIUM



POSIÇÃO DO BRASIL NAS CATEGORIAS DO ESTUDO E NA CLASSIFICAÇÃO GERAL

FATOR	1	2	3	BRA
CLASSIFICAÇÃO GERAL	COREIA DO SUL	CANADÁ	AUSTRÁLIA	17º
DISPONIBILIDADE E CUSTO DE MÃO DE OBRA	PERU	ÍNDIA	CHILE	6º
DISPONIBILIDADE E CUSTO DE CAPITAL	CANADÁ	COREIA DO SUL	AUSTRÁLIA	18º
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	COREIA DO SUL	ESPAÑA	CANADÁ	15º
PESO DOS TRIBUTOS	TAILÂNDIA	ÍNDIA	CANADÁ	15º
AMBIENTE MACROECONÔMICO	CHILE	TURQUIA	COLÔMBIA	16º
ESTRUTURA PRODUTIVA, ESCALA E CONCORRÊNCIA	CHILE	COREIA DO SUL	POLÔNIA	12º
AMBIENTE DE NEGÓCIOS	CANADÁ	AUSTRÁLIA	COREIA DO SUL	16º
EDUCAÇÃO	CANADÁ	AUSTRÁLIA	COLÔMBIA	16º
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	COREIA DO SUL	CHILE	AUSTRÁLIA	8º

NOTA: O RANKING GERAL FOI CONSTRUÍDO COM BASE NA MÉDIA SIMPLES ENTRE OS VALORES DE CADA PAÍS NOS NOVE FATORES DE COMPETITIVIDADE.



▲ Competitividade Brasil 2018-2019 da CNI

◀ Apesar de avanços pontuais, estrutura de impostos e burocracia atrapalham o desempenho de empresas brasileiras na competição com concorrentes internacionais

Não dá mais

PESQUISA COM MAIS DE DUAS MIL EMPRESAS MOSTRA QUE O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO PRECISA MUDAR LOGO

► Setor produtivo indica estar no limite da sobrecarga causada pela complexa, confusa e ineficiente cobrança de tributos no Brasil

O SISTEMA tributário brasileiro prejudica a competitividade das empresas e precisa passar por uma reforma, segundo a opinião de 79% dos empresários das indústrias extrativa e de transformação ouvidos pela *Sondagem Especial 73 - Qualidade do Sistema Tributário Brasileiro*, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A pesquisa, feita em parceria com as federações estaduais da indústria, consultou mais de duas mil empresas de pequeno, médio e grande portes, e mostrou que elas avaliam negativamente todos os aspectos do sistema tributário: simplicidade, estabilidade de regras, transparência, direitos e garantias do contribuinte, segurança jurídica e número de tributos. Esse último foi considerado, inclusive, o pior de todos os quesitos: 89% dos empresários o consideraram “ruim” ou “muito ruim”.

Além de uma análise ampla da qualidade do sistema tributário brasileiro, a sondagem investigou também os principais problemas enfrentados pelas empresas nessa área. Dentre 11 itens avaliados, a tributação excessiva foi considerada o principal entrave, reunindo 86% das indicações. O custo elevado para recolhimento dos tributos foi considerado o segundo pior problema (41%).

A sondagem identificou, ainda, os tributos mais prejudiciais à competitividade da indústria. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi indicado como o mais nocivo, com 42% das menções, o que justifica o fato de que 75% das empresas entrevistadas apoiam sua reforma. “O ICMS pesa muito no produto nacional. Por conta da cumulatividade, ele tem uma alíquota efetiva maior lá na ponta. Isso gera grande desvantagem em relação ao produto importado, que vem sem tributo”, explica o gerente de Políticas Fiscal e Tributária da CNI, Mário Sérgio Carraro Telles.

A mensagem mais clara da pesquisa é a necessidade de uma reforma tributária, que neste momento aguarda na fila de prioridades legislativas, ocupadas agora pela reforma da Previdência. Porém, a CNI entende que, quando ocorrer a reformulação do sistema tributário, ela deve ser completa. “Entendemos que a reforma deve ser ampla, para englobar não somente os tributos federais, mas também os estaduais e municipais, a exemplo do ICMS e ISS. Fazer a reforma e não atacar esse tipo de tributo não será suficiente para dar um salto de qualidade no sistema tributário”, explica Telles. ■

OS PIORES ASPECTOS

do sistema tributário brasileiro, segundo as empresas



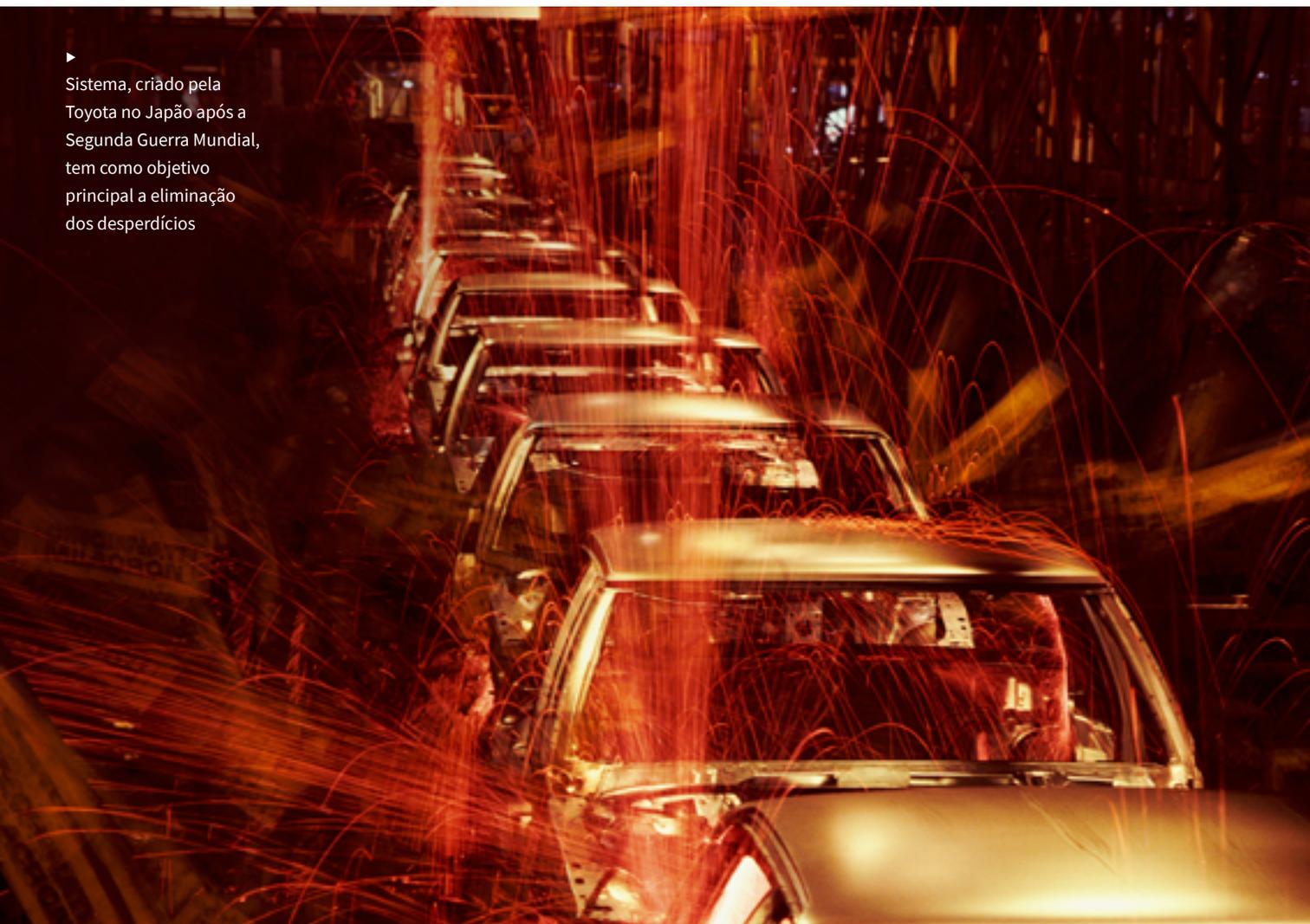
(percentual de respostas “muito ruim”, numa escala que incluía também “ruim”, “bom” e “muito bom”)

Fonte: CNI / Sondagem Especial 73 - Qualidade do Sistema Tributário Brasileiro

Indústria ainda não assimilou técnicas de produção enxuta

SONDAGEM ESPECIAL DA CNI APONTA QUE APENAS 34% DAS INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO ADOTAM DE 10 A 15 TÉCNICAS ASSOCIADAS AO TIPO DE PRODUÇÃO QUE ELIMINA PERDAS E REDUZ PROCESSOS

▶ Sistema, criado pela Toyota no Japão após a Segunda Guerra Mundial, tem como objetivo principal a eliminação dos desperdícios



A **FALTA** de conhecimento e de trabalhadores qualificados, além do alto custo de implantação, é um dos principais obstáculos para a utilização da manufatura enxuta nas indústrias do país. É o que aponta a *Sondagem Especial Manufatura Enxuta na Indústria de Transformação Brasileira*, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no início de abril.

Também conhecida como Sistema Toyota de Produção, a manufatura enxuta abrange as melhores práticas de gestão aplicadas em processos produtivos em todo o mundo. Segundo o levantamento da CNI, que ouviu 2.338 indústrias de transformação em todo o país – sendo 913 pequenas, 883 médias e 542 de grande porte – há espaço para aumentar o uso de ferramentas, técnicas e métodos de manufatura enxuta.

De 15 técnicas associadas a esse tipo de produção, 34% das indústrias utilizam de 10 a 15 delas, ainda que de forma isolada. Outras 39% usam de quatro a nove técnicas e 27% aplicam até três das 15 principais técnicas.

Segundo a economista da CNI Samantha Cunha, as técnicas de produção são determinantes para a competitividade. “Diante do desafio da indústria 4.0, a melhoria da gestão nas empresas se torna ainda mais relevante, pois é essencial eliminar perdas e enxugar processos”, destaca.

O levantamento mostra, ainda, que as pequenas indústrias são as que menos usam as técnicas. Quase metade (49%) das empresas

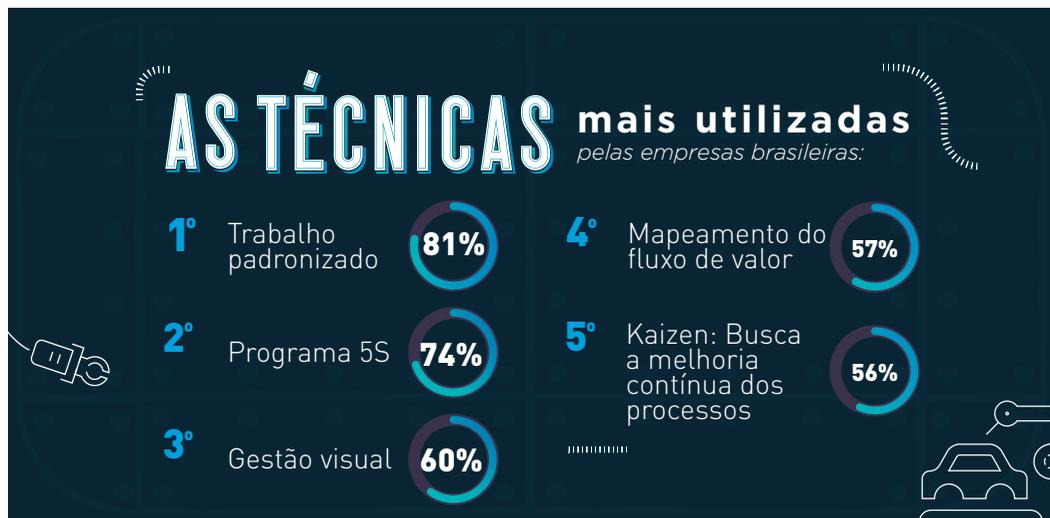
de pequeno porte utiliza até três técnicas, percentual que cai para 14% entre as grandes empresas. Apenas 13% das pequenas indústrias usam dez ou mais técnicas de manufatura enxuta, número que sobe para 50% entre as empresas de grande porte.

“Os resultados mostram a importância da continuidade do programa *Brasil Mais Produtivo*, uma parceria do governo federal com o SENAI, que já atendeu 3 mil empresas e resultou em ganho médio de produtividade de 52%”, afirma o gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI, Renato da Fonseca.

INTENSIDADE TECNOLÓGICA

O uso das ferramentas e das técnicas de manufatura enxuta é maior nos setores de média-alta intensidade tecnológica. Na indústria de veículos automotores, 69% das empresas entrevistadas aplicam de 10 a 15 técnicas. No setor de equipamentos de informática e produtos eletrônicos, o percentual é de 50%. Entre as indústrias de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 48% das empresas utilizam de 10 a 15 ferramentas.

Por outro lado, nos setores de média-baixa intensidade tecnológica, o número de empresas que usam 10 ou mais técnicas fica próximo de 20%. Alcança 19% no setor de alimentos, 15% na área de biocombustíveis e 12% entre as indústrias de produtos de madeira. ■



Fonte: CNI / Sondagem Especial Manufatura Enxuta na Indústria de Transformação Brasileira – abril de 2019

Termômetro

INTENÇÃO DE INVESTIMENTO RECUA

As perspectivas futuras dos negócios influenciaram negativamente o Índice de Intenção de Investimento na indústria, que caiu 1,2 ponto em março na comparação com fevereiro, ficando em 55,4 pontos. Apesar da queda, o índice está acima da média histórica, de 48,9 pontos. “Todos os índices da *Sondagem Industrial* ainda apontam expectativas de aumento da demanda, das compras de matérias-primas e do número de empregados nos próximos seis meses”, aponta a pesquisa da CNI.

APÓS ALTAS CONSECUTIVAS, CAI CONFIANÇA DOS EMPRESÁRIOS

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) caiu 2,6 pontos em março, chegando a 61,9 pontos. Ainda assim, está 7,5 pontos acima da média histórica, como mostra levantamento da CNI. “O empresário ainda percebe melhora nas condições correntes de negócios nos últimos meses. Essa avaliação, contudo, é menos favorável do que em fevereiro”, diz a pesquisa. Nas regiões, as maiores quedas foram verificadas no Nordeste, de 3,4 pontos em março frente a fevereiro, e no Sudeste, de 3,3 pontos na mesma comparação.

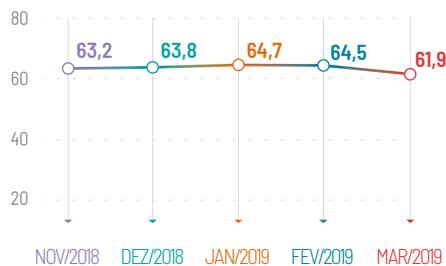
INTENÇÃO DE INVESTIMENTO É MAIOR NAS GRANDES EMPRESAS



▲ Fonte: CNI / *Sondagem Industrial* – março de 2019

*Indicador varia no intervalo de 0 a 100 pontos. Quanto maior o índice, maior a propensão a investir da indústria.

SÉRIE HISTÓRICA ICEI



▲ Fonte: CNI / Índice de Confiança do Empresário Industrial – março de 2019

*Valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário.

Econômico



EXPECTATIVAS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DEMONSTRAM CAUTELA DO SETOR

Praticamente estagnados, os índices de expectativas da *Sondagem Indústria da Construção* de março mostram que os empresários do setor estão cautelosos. A pesquisa da CNI revela que o índice sobre o nível de atividade passou de 56,6 para 56,1 pontos. Em relação a novos empreendimentos e serviços, o índice foi de 55,7 para 56,1 pontos; e compras de insumos e matérias-primas variou de 54,7 para 54,5 pontos. O de número de empregados, por sua vez, permaneceu em 54,5 pontos.

EM QUEDA AQUI, EM ALTA ALI

(ÍNDICES DE EXPECTATIVAS - FEVEREIRO A MARÇO DE 2019)



▲ Fonte: CNI / *Sondagem Indústria da Construção* - março de 2019

*Índices variam no intervalo de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam expectativa de crescimento.

CUSTOS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA SOBEM 8,8%

Pressionados pelos aumentos da energia e dos preços dos bens intermediários, os custos da indústria subiram 8,8% em 2018 frente a 2017. Foi a maior alta registrada desde o início da série, em 2006, informa o *Indicador de Custos Industriais*, da CNI, que é formado pelos índices de custo tributário, de custo com capital de giro e com custo de produção. O único componente do indicador que caiu no ano passado foi o custo com capital de giro, que recuou 15,5% em relação a 2017.

VARIAÇÃO DA MÉDIA DE 2018 EM RELAÇÃO À MÉDIA DE 2017



▲ Fonte: CNI / *Indicador de Custos Industriais 2018*

Giro Brasil

CEARÁ EXPORTOU PARA 117 PAÍSES NO PRIMEIRO BIMESTRE DE 2019

▶ Nos dois primeiros meses do ano, o estado do Ceará vendeu sua produção para 117 países. Os principais parceiros comerciais foram os Estados Unidos, a Itália e a Coreia do Sul. O país norte-americano foi responsável por 32% das vendas, sobretudo de placas de aço e pás eólicas, que totalizaram US\$ 126 milhões. A Itália recebeu 19% do total das exportações, no valor de US\$ 74 milhões e os produtos comprados foram semimanufaturados de ferro e aço. A Coreia do Sul ficou com 7%, o que corresponde a US\$ 29 milhões. Os dados são do estudo Ceará em Comex, realizado pelo Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).



F: José Paulo Lacerda



F: gettyimage

ALUNOS DA GUIANA FAZEM CURSO EM RORAIMA

◀ Dez alunos da Guiana participaram do curso de Lapidador de Gemas no Centro de Formação Profissional Alexandre Figueira Rodrigues, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Roraima, em Boa Vista. O curso ocorreu por intermédio do Consulado Geral da Guiana, no período de 13 de fevereiro a 15 de março. A comunidade da qual os alunos fazem parte é uma região rica em minérios e a intenção do governo vizinho é contribuir com a geração de renda para os moradores, pois o mercado de lapidação de pedras ornamentais, tanto as preciosas como as semipreciosas, é atraente, tornando a profissão lapidário uma opção rentável para esses trabalhadores.



BALANÇA COMERCIAL DE SERGIPE TEM DÉFICIT DE US\$ 7,2 MILHÕES

▼
Análise feita pela Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES), a partir de dados do Ministério da Economia, aponta que as exportações do estado em fevereiro somaram US\$ 6,3 milhões, o que corresponde a queda de 20,8% quando comparadas ao mesmo período do ano passado. Enquanto isso, as importações somaram US\$ 13,5 milhões – gerando déficit de US\$ 7,2 milhões. Ainda de acordo com a FIES, 74,8% das exportações do estado foram relativas a dois produtos: sucos de laranja (congelados, não fermentados) e açúcares, como a cana. O principal destino dos itens produzidos em Sergipe foi a Bélgica, que demandou 45,4% das vendas.



F: gettyimage

PROCESSO SELETIVO NO SENAI-AP ATRAI 1.200 CANDIDATOS

O SENAI do Amapá realizou, no mês de março, processo seletivo para jovens dos municípios de Pedra Branca e Serra do Navio, localizados a cerca de 200 km da capital do estado, Macapá. A seleção contou com a inscrição de 1.200 candidatos para 21 vagas gratuitas nos cursos de Assistente Administrativo e Operador de Manutenção em Eletromecânica. Os aprovados vão atuar como aprendizes na mineradora Beadell Brasil Ltda. Com carga horária de 1.200 horas, os cursos são voltados para quem busca a formação e o desenvolvimento de competências profissionais para imediato ingresso no mercado de trabalho. Os selecionados vão começar as aulas no dia 22 de abril.

CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO MATO-GROSSENSE CAI EM MARÇO

O Índice de Confiança do Empresário Industrial do Mato Grosso do Sul (ICEI/MS) alcançou 64 pontos, um recuo de 5,3 pontos em março, quando comparado a fevereiro. Embora valores acima de 50 indiquem confiança do empresário, a queda serve de alerta porque é a segunda consecutiva após um período de forte alta acumulada entre os meses de outubro de 2018 e janeiro de 2019 – o que coincidiu com as eleições e a posse dos governos local e federal. Para a maioria dos empresários, ainda não houve alterações nas condições da economia brasileira e da estadual, contribuindo para o menor otimismo.

► O material didático, a infraestrutura das escolas e o diálogo entre professores e alunos foram alguns dos itens mais bem avaliados pelos estudantes

F: Miguel Ângelo/CNI

Projeto piloto do novo ensino médio: **APROVADO!**

RELATÓRIO DE PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES EM ESCOLAS PILOTO DO SESI – COM PARCERIA DO SENAI – MOSTRAM AMPLA SATISFAÇÃO COM AS MUDANÇAS CURRICULARES

NOVE em cada dez alunos participantes do projeto piloto de implantação do novo ensino médio estão satisfeitos com a experiência. A conclusão faz parte do relatório feito pela área técnica do Serviço Social da Indústria (SESI), que monitorou as unidades de ensino pioneiras na metodologia em 2018. No ano passado, as escolas do SESI, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), iniciaram sete turmas com o novo currículo em cinco escolas, localizadas em Alagoas, na Bahia, no Ceará, no Espírito Santo e em Goiás.





“Estamos no século XXI e não podemos educar como no século XVIII. Agora os meninos são protagonistas do processo de aprendizagem”

▲
Francisco Eurivan Costa Filho

professor na Escola Euzébio Mota (Fortaleza-CE)

Em 2019, 20 estados passaram a oferecer turmas em 39 escolas e o número de alunos matriculados subiu de 226 para 1.952. A boa avaliação dos estudantes, o bom desempenho das escolas na execução do novo currículo e a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no fim do ano passado pelo Ministério da

Educação foram essenciais para a expansão em escolas SESI/SENAI de todo o país. Com isso, a rede do Sistema Indústria tem a principal experiência do novo ensino médio em execução no Brasil.

Durante o piloto, as turmas de ensino médio fizeram o itinerário de formação técnica e profissional na área industrial de energia e habilitação profissional de técnico em eletrotécnica. Em 2019, a rede oferece mais dois itinerários: o de ciências da natureza e o de matemática. No itinerário

de formação técnica e profissional as opções também foram ampliadas com as áreas de metalmeccânica e de tecnologia da informação.

No novo ensino médio, as escolas podem oferecer itinerários em cinco áreas de conhecimento: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional. “O novo ensino médio é um avanço, pois alinha o sistema educacional brasileiro às melhores experiências mundiais, ao incluir a formação técnica e profissional no currículo regular”, diz Rafael Lucchesi, diretor-geral do SENAI e diretor-superintendente do SESI. Segundo ele, há uma enorme distorção na matriz educacional brasileira. No país, apenas 11% dos jovens de 15 a 17 anos fazem educação profissional e 17% vão para a universidade”.

AValiação

Na percepção dos alunos, a experiência do novo ensino médio é positiva em todos os aspectos analisados. A escala de respostas utilizada no questionário pontuava nos conceitos “baixo”, “médio”, “alto” e “superior”. A qualidade dos professores e o engajamento da coordenação pedagógica são destaques elencados pelos estudantes – 72% veem a atuação desses profissionais



como “superior”. Se os docentes são de ciências humanas e sociais, a avaliação “superior” foi ainda melhor, de 91,8%.

O processo de ensino e aprendizagem também foi ressaltado, sendo que o material didático, a metodologia e o diálogo entre alunos, professores e coordenação pedagógica foram vistos como superiores para mais de 70% dos estudantes. A infraestrutura das escolas também colaborou para a percepção positiva do novo ensino médio. Laboratórios de informática, salas de aula, bibliotecas, salas de robótica e as salas SESI matemática foram os espaços mais bem avaliados, com 69% das respostas indicando um nível “superior”.

O estudante Joel Robson Macedo Marinho, de 15 anos, participou da primeira turma do novo ensino médio na Escola SESI Euzébio Mota de Alencar, em Fortaleza (CE). Ele conta que queria fazer o ensino médio junto com o técnico para ter uma profissão. Encontrou no SESI a proposta ideal para experimentar o currículo do novo ensino médio. O jovem conta que a mãe ficou receosa com o modelo adotado pela escola, tanto que o obrigou a estudar no SESI e em uma escola pública. “No começo, eu fiquei nas duas escolas, até que eu comecei a falar para a minha mãe que o SESI tinha tudo que eu precisava e ela concordou que eu ficasse somente lá”, lembra.

O professor Francisco Eurivan Costa Filho, da área de linguagens e suas tecnologias na turma do novo ensino médio da Escola Euzébio Mota, considera que a mudança no modelo educacional está no caminho de modernizar o ensino. “Estamos no século XXI e não podemos educar como no século XVIII. Agora os meninos são protagonistas do processo de aprendizagem”, diz.

PARCERIAS

Embora esteja atualmente trabalhando em parceria com o SESI, o SENAI está preparado para oferecer o itinerário de formação técnica e profissional para todo o país, tanto em escolas públicas quanto privadas. Algumas escolas de redes particulares já estão em negociação com o SENAI. Diferentes modelos de parceria podem ser feitos, desde os que oferecem os modelos didáticos àqueles que oferecem professores e infraestrutura.

Segundo Felipe Morgado, gerente-executivo de educação profissional do SENAI, a instituição já capacitou 42 curriculistas para adequar o conteúdo dos cursos técnicos ao novo ensino médio. Além disso, 86 professores estão disponíveis em todo o Brasil e são capazes de atender 60 mil matrículas. ■



Os alunos têm **1.800 horas de formação** geral básica, orientada pela BNCC, e até 1.200 horas de itinerários formativos como aprofundamento de estudos.



Cada município tem que oferecer **pelo menos dois** dos cinco itinerários previstos.



Os estudantes podem fazer mais de um itinerário durante o ensino médio, de forma simultânea ou subsequente. Podem, ainda, mudar de itinerário ao longo do curso.



No itinerário de formação técnica profissional, **as redes podem oferecer cursos técnicos**, que costumam durar de um a três anos, ou de qualificação, com duração média de três meses.



Os itinerários possíveis são: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional.



Por que o ensino de robótica é importante para os estudantes?

TODD ENSIGN

▲
especialista em educação
na NASA

►
A opinião de
articulistas convidados
não necessariamente
reflete a da CNI.

EM um mundo onde a tecnologia muda rapidamente, onde uma quantidade aparentemente infinita de informações está a apenas alguns passos de distância, os conceitos de conhecimento, de aprendizado e de como podemos melhor educar os alunos também devem evoluir. Para que os membros das próximas gerações contribuam para uma sociedade democrática e sejam capazes de abordar questões como mudança climática, veículos autônomos e inteligência artificial, os alunos precisam ser alfabetizados no uso e nas aplicações de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, na sigla em inglês), além de entender como processar e usar as vastas quantidades de dados disponíveis.

Como nossos próprios conceitos de conhecimento mudaram da memorização de informações para a capacidade de processá-las e usá-las para resolver problemas do mundo real, há uma necessidade crescente de ferramentas e técnicas para envolver os alunos no processo de aprendizagem.

Em contraste com um estilo didático de ensino, no qual o professor transfere conhecimento para seus alunos, a aprendizagem é mais efetiva quando os alunos constroem conscientemente seus próprios conhecimentos e compartilham o que aprenderam por meio de apresentações. O moderno movimento de ensino da robótica evoluiu a partir de trabalho desenvolvido no MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) sobre as primeiras plataformas robóticas para ensinar programação e geometria.

Atualmente, existem dezenas de plataformas educacionais de robótica que combinam conteúdos acessíveis e adequados a diversas idades, interfaces flexíveis e programação computacional para ensinar ciência e matemática usando métodos de engenharia. O uso da robótica em sala de aula aumenta a compreensão dos alunos sobre conceitos de STEM, além de desenvolver sua autoconfiança e seu interesse.

Na campo da educação, o Brasil está ficando atrás de outros países desenvolvidos e em desenvolvimento em avaliações de matemática e ciências. Para competir na economia global, é fundamental aumentar o conhecimento dos alunos em disciplinas STEM.

Mas por que a robótica educacional é importante para os alunos? Embora não seja uma cura para todos os problemas acadêmicos, ela transfere o aprendizado do professor para os alunos, envolvendo-os em programação e raciocínio computacional, preparando-os e inspirando-os na busca de carreiras STEM, além de ter o potencial de aumentar a participação de populações sub-representadas nessas áreas.

**No Brasil ou no exterior,
só tem um mundo que
o seu produto precisa ganhar:
o do seu cliente.**



€ 179



**Há 20 anos, a Rede CIN apoia
empresas a irem mais longe.**

Prova disso são os mais de 680 mil atendimentos para 113.095 indústrias durante esse período. São empresas que, por meio de capacitações, inteligência de mercado e reuniões de negócios, entre outros serviços, conseguiram realizar a internacionalização dos seus negócios.

Quer conquistar mais clientes no mercado internacional?
Acesse cni.com.br/assuntosinternacionais,
veja os serviços disponíveis e muito mais.



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA